

MICROSCÓPIO

O DEVORISMO

Raul Pilla

TODO regime ou sistema político tem a sua filosofia.

A da democracia é serem os homens criaturas livres, fundamentalmente iguais e revestidas de suma dignidade. A do totalitarismo é não passar o homem de peça da monstruosa máquina, em que se torna o Estado.

Qual será a filosofia do nosso peculiar sistema de governo? A muita gente há de parecer escusada a indagação. Não somos uma democracia? Pois a da democracia deve ser a filosofia que inspira o nosso regime.

Em verdade, se procurarmos esta filosofia na Constituição, lá a encontraremos, porque lá também está definido como democrático o nosso regime. «Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido» — lê-se no pórtico.

Não se duvida de que o povo brasileiro está já elegendo os seus governantes e, ainda menos, de que estes em nome d'ele estão exercendo o poder. Embora imperfeita, é formalmente democracia o que aí temos. Mas será verdadeiramente democrática a filosofia que a inspira? Aqui está a dúvida.

Se dos fatos se deduz o princípio e do comportamento dos homens a sua verdadeira concepção de vida, chamarei «devorismo» a nossa filosofia política e o regime que ela inspira.

O Estado brasileiro recolhe

tributos, a que nem os mais miseráveis habitantes do País se eximem, pois, pouco que seja, todos consomem alguma coisa e pagam ao Estado o direito de consumir. A que se destina os tributos, qual o princípio cardeal que lhes inspira a aplicação?

Todo o Estado levanta impostos e já na maneira de levantá-los se define. Se tira de todos, mas de cada um em proporção das suas posses, comporta-se democraticamente. Se assim não procede e poupa de preferência aos que mais possuem, será Estado oligárquico ou plutocrático.

Mais característica é a maneira de despende os tributos arrecadados. Em rigor, destinam-se êles a realizar o bem comum. Na prática, porém, podem ter as mais variadas e contraditórias aplicações, e chegam a tornar-se um fim em si mesmos. Faz-se então o Estado uma grande máquina espoliadora. Levantam-se os tributos para serem em grande parte devorados por uma minoria. A sua filosofia é, então, o devorismo e, de acôrdo com ela, pratica-se a política orçamentívora, pela qual da Receita pública se faz um bôlo, que a Despesa se encarrega de partir.

Os funcionários existem para servir, como lhes está a indicar o nome: não deveriam ser,

nem mais, nem menos numerosos do que os reclama a necessidade do Estado. Entretanto, temos em quase todos os departamentos uma pletoira de funcionários, nem sempre bem pagos, porque não são realmente nomeados para servir, mas apenas para receber uma fatia do bôlo orçamentário.

Sendo insuficientes os quadros legais para satisfazer a demanda, tornou-se habitual a nomeação de interinos, extranumerários, etc., que têm a vantagem de dar largas ao paternalismo da administração. O governo nomeia quem quer, pelo tempo que quiser.

Obras de vulto sem concorrência pública já se tornaram comuns, apesar das prescrições legais em contrário. O custo sobe, porque se faz necessário repartir os proventos. A chamada política de desenvolvimento abre também grandes oportunidades ao apetite de muita gente.

Longe iria eu, se quisesse analisar o que vai pelo País nesta matéria. Lembrarei apenas, para encerrar, a mais inumana manifestação do devorismo nacional: o desvio das verbas destinadas a socorrer os flagelados da sêca do Nordeste e que são consumidas por quem as devera aplicar.

O Brasil é verdadeiramente um país parasitado. O devorismo é a filosofia política dominante.